

# Ideias

EM REVISTA

Revista mensal do Sindicato dos Servidores  
das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro  
ANO III - nº 18 - Março de 2008

## Quem sabe faz **6 horas** não espera acontecer

páginas 8, 22 e 23

Sisejufe convoca  
para assembleias

página 4



# ESTE CONVÊNIO TRAZ UMA NOVA VISÃO PARA OS SERVIDORES DA JUSTIÇA

Segundo o Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO), as deficiências de visão estão entre as principais causas de queda de produtividade no trabalho e de rendimento nos estudos. Pensando nisso, o **Sisejufe** fez um convênio com a **ÓTICA LIDERANÇA & UNIÃO**, que garante a você, sindicalizado, e a seus dependentes e familiares, condições super especiais para a compra de óculos e lentes de contato de qualidade e na medida certa do seu grau, da sua necessidade e do seu gosto.

- **30% de desconto** - para pagamento à vista em dinheiro ou cheque
- **25% de desconto** - para pagamento no cartão de débito
- **4x Sem Juros com 20% de desconto** - no cheque pré-datado ou cartão de crédito
- Exame de vista **gratuito**, mediante a aquisição dos óculos

**GRÁTIS**

**ÓCULOS RESERVA (DE LEITURA)  
NA COMPRA DE QUALQUER  
MODELO MULTIFOCAL**



Av. Pres. Vargas, 633 sala 610 (esquina com Rua Uruguaiana)  
**Tels.: (21) 2221-4666 • 2232-4976**  
[www.oticaliderancaeuniao.com.br](http://www.oticaliderancaeuniao.com.br)

## O Sisejufe promove o segundo módulo do Curso de Atualização da Língua Portuguesa com o professor Waldemar Pedro Antônio

As aulas serão às sextas-feiras, de 8h às 11h.

Início dia 7 de março de 2008.

O professor Waldemar é docente da UNIG  
e da Universidade Castelo Branco.

O principal objetivo do curso é atualizar o conhecimento  
dos alunos na norma culta da Língua Portuguesa.

Serão discutidos também os programas  
dos principais concursos públicos.

As inscrições devem ser feitas pelo endereço  
eletrônico: [formacao@sisejuferj.org.br](mailto:formacao@sisejuferj.org.br).

Para sindicalizados, o valor é de R\$ 10;  
para dependentes, R\$ 30; para sindicalizados de  
outras categorias, R\$ 70; e para os não-sindicalizados,  
o valor é de R\$ 150.

**Curso válido para Adicional de Qualificação**



**Editorial**

Dizer que brasileiro tem memória curta é uma aposta na despolíticação. O Sisejufe lembra, no editorial, que após a luta vitoriosa pelo PCS3, agora é a hora de encararmos o debate sobre o Plano de Carreira.  
**Página 4**

**Justiça Federal**

Remoção de magistrada de Angra deixa servidores de outras varas federais apreensivos. Leia também: Ufir e INPC serão usados para corrigir atrasados.  
**Página 5**

**TRT**

Sisejufe impede terceirização de cargos de Segurança e Informática. E também: Servidores da Justiça Militar recebem reenquadramento do PCS.  
**Página 6**

**TRT**

Contestado curso de oficiais de justiça *ad hoc*. E mais: Sindicato cobra ressarcimento do plano de saúde no TRT.  
**Página 7**

**Redução da Jornada**

Sisejufe prepara nova campanha no TRT para provar que 6 horas são suficientes.  
**Página 8**

**Sindicais**

Hora de debater o Plano de Carreira: sindicato promove encontros pelo Interior do Rio de Janeiro.  
**Página 9**

**Dicas Culturais**

Darwin, poesia erótica, boa música e a morte de George W. Bush na programação elaborada por Bianca Rocha.  
**Página 10**

**Oficina Cultural**

A funcionária aposentada do TRT-RJ Marlene de Lima apresenta mais um pequeno conto em que trata do medo e da solidariedade.  
**Página 11**



**Nossa História**

No sexto e último artigo da série, o historiador Helder Molina comenta a crise de identidade do sindicalismo no período de 1992 a 2008.  
**Páginas 12 e 13**

**Internacional**

As eleições nos EUA sob a sombra da invasão norte-americana no Iraque.  
**Central**

**Internacional**

Kosovo: a admirável independência de uma colônia da Otan dentro da Nova Ordem Mundial.  
**Páginas 16 e 17**

**Teia de Idéias**

O jornalista Luís Nassif abre fogo contra o "jornalismo de esgoto" da Veja e desvenda como a revista tornou-se a trincheira da oposição empresarial ao governo Lula com o uso de práticas macartistas.  
**Páginas 18, 19, 20 e 21**

**Mulheres**

A secretária de Política Sindical da CUT Nacional, Rosane da Silva, faz a defesa feminista da Redução da Jornada.  
**Páginas 22 e 23**

**Meio Ambiente**

Campanha da Cúria de Veneza estimula o consumo crítico como forma de "penitência" na Quaresma.  
**Página 24**

**Fulgêncio Pedra Branca**

Nosso colaborador desanca a Liga das Escolas de Samba e a campeã Beija Flor. E não apenas por ser portelense desde menininho...  
**Página 25**

**Latuff**

Nosso cartunista retrata a estatura mundial de Fidel Castro, mesmo fora do poder.  
**Página 26**

Dizem que no Brasil a memória é curta. Nunca compactuamos com este ditado porque é uma aposta na despolitização das pessoas. Para rememorar nossas lutas e objetivos, temos que voltar um pouco no tempo e lembrar da luta pelo Plano de Cargos e Salários (PCS) 3. Ela não foi unânime, um grupo de oposição, articulado nacionalmente e com representantes no Rio de Janeiro, atacava o nosso PCS3 dizendo que o projeto era ruim. Além disso, propalavam um Plano de Carreira elaborado por um sindicato paulista e que seria mais avançado e melhor do que o nosso. Nós, da diretoria do Sisejuferj, defendíamos que o PCS3 daria tranquilidade financeira à categoria para discutir com vagar um Plano de Carreira – que é algo que não se resolve tão facilmente.

Durante dois anos enfrentamos os defensores da antecipação do debate sobre o Plano de Carreira, dizendo que eles apenas queriam palanque eleitoral e que dividiam a luta pelo PCS3. Assumimos o compromisso de que, ao fim da tramitação do PCS3, entraríamos na discussão do Plano de Carreira.

O que aconteceu? Os defensores do PCS3 foram vito-

riosos na luta e, conosco, toda a categoria que recebeu um aumento de 60%. Ora, depois de aprovado o projeto, seria lógico que os que defendiam a urgência do Plano de Carreira estivessem na linha de frente da tramitação do plano. Aconteceu o contrário: não falam mais em Plano de Carreira e desvela-se o seu interesse em criar uma disputa política-partidária sem projeto para a categoria.

Nós, da diretoria do Sisejuferj, que defendíamos naquele momento o PCS3, de maneira correta e estratégica, imediatamente após a aprovação do projeto começamos a discussão do Plano de Carreira. Para isso já realizamos um seminário estadual e tiramos uma tese guia para o Rio de Janeiro. Estamos organizando um calendário regional de debates, preparando encontros específicos na Justiça Eleitoral e na Justiça do Trabalho e vamos alavancar a luta pela jornada de 6 horas.

O Sisejuferj cumpre a palavra empenhada. Depois do PCS3 aprovado, temos feito a discussão sobre o Plano de Carreira. Tomamos em nossas mãos essa bandeira e junto com a categoria do Rio de Janeiro vamos construir mais uma vitória.

### Convocatória

## Assembléia Geral

5 de março de 2008 – 12h  
Av. Rio Branco, 243 (em frente prédio da JF)

#### Pauta

- 1) Eleição de delegados(as) para XIV Plenária Nacional da Fenajufe
- 2) Campanha pela redução da jornada para 6 horas

### Convocatória

## Assembléia Geral Prestação de Contas

12 de março de 2008 – 19h  
Auditório do Sisejuferj  
(Av. Presidente Vargas, 509/11º andar)

#### Pauta

- 1) Prestação de Contas de 2007
- 2) Planejamento Financeiro de 2008



**SISEJUFE**

Filiado à Fenajufe e à CUT

DIRETORIA: André Gustavo Souza Silveira da Silva, David Batista Cordeiro da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Flávio Braga Prieto da Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, Leonor da Silva Mendonça, Lucilene Lima Araujo de Jesus, Márcio de Souza Marques, Nilton Alves Pinheiro, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior e Valter Nogueira Alves.

IDÉIAS EM REVISTA – REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb 18.091) – Bianca Rocha (Estagiária de Jornalismo)

PROJETO GRÁFICO ORIGINAL: Claudio Camillo (MTb 20.478) – DIAGRAMAÇÃO: Deisedoris de Carvalho – ILUSTRAÇÃO: Latuff

ASSESSORIA POLÍTICA – Márcia Bauer – EDIÇÃO: Henri Figueiredo

CONSELHO EDITORIAL – Roberto Ponciano, João Mac-Cormick, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro.

IMPRESSÃO: ARCTURUSVEGA Editora Ltda-ME/Gráfica Minister (8 mil exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em  
Papel Reciclado

# TRF-2 remove juíza de Angra

Da Redação

Se por um lado a notícia da remoção de ofício da juíza Monique Calmon de Almeida Bilchini, deixou os servidores da Vara Federal de Angra aliviados, por outro, os funcionários das demais Varas Federais do Rio estão bastantes apreensivos. O motivo é a indefinição de onde será a nova lotação da magistrada. Pesa contra a juíza denúncias de abusos de poder e perseguições contra servidores da Justiça em Angra. A transferência teria sido uma forma de punição a Monique Bilchini. Embora ela esteja afastada de suas funções há mais de um ano, por decisão do TRF, somente no dia 7 de fevereiro ela foi removida de ofício sem determinação de lotação.

A remoção se deu em virtude de dois processos administrativos. Um deles, movido por um empresário de

Angra dos Reis cuja residência foi invadida pela juíza. O outro processo foi movido por funcionários do setor de Recursos Humanos da Justiça Federal que foram agredidos verbalmente pela magistrada.

Ainda aguardam julgamento três processos administrativos e dois criminais, todos movidos pelo Sisejufe, e que correm em segredo de Justiça. O Sisejufe briga, inclusive, para que seja revogada a determinação que impede o acesso ao andamento das ações. "Assim fica muito difícil acompanhar. Sem vistas nos autos é impossível formular qualquer procedimento em relação aos processos", diz Valter Nogueira Alves, diretor do sindicato.

Em fevereiro de 2006, o sindicato protocolou várias representações contra a juíza na Corregedoria do TRF-2. A reclamação formal foi baseada em de-

núncias de servidores da Vara Federal de Angra dos Reis que relatavam casos de assédio moral e agressões psicológicas protagonizados pela juíza contra os trabalhadores.

De acordo com as denúncias, ela teria se dirigido aos servidores em vários momentos com termos como "mentirosos", "babacas", "burros", "desgraçados", e "otários", além de fazer ameaças de instaurar processos administrativos e fazer avaliação negativa de estágio probatório. O sindicato aguarda tanto o levantamento do segredo de Justiça quanto o acesso aos autos para preparar os próximos passos nos processos. Caso não seja deferida tal solicitação, o sindicato recorrerá ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O Sisejufe entende, também, que a magistrada deve continuar afastada de suas funções enquanto todos os processos estiverem em andamento.

## Ufir e INPC serão usados para corrigir atrasados de servidores e magistrados

Atualizações monetárias devidas aos servidores do Judiciário Federal e aos magistrados serão corrigidas pela Unidade Fiscal de Referência (Ufir) e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). A determinação de usar os dois índices é do Conselho de Justiça Federal (CJF).

A decisão foi tomada em sessão do dia 11 de fevereiro, cujo relator da matéria é o coordenador-geral da Justiça Federal, ministro Gilson Dipp. De acordo com o ministro, a decisão do CJF se refere apenas às atualizações monetárias devidas para as reposições

determinadas pela Administração a partir da vigência da Medida Provisória 2.225-45/2001, ou seja, a partir de 5 setembro de 2001.

Para as reposições anteriores a esta data, ou seja, até 4 de setembro de 2001, mantêm-se as regras da legislação anterior.

Também ficou estabelecido que, na hipótese de reposições e indenizações aos cofres públicos, que a data limite para uso dos índices é 30 de junho de 1994. De acordo com o Artigo 46 da Lei 8.112/90, essas reposições deverão

ser previamente comunicadas ao servidor ativo, aposentado ou ao pensionista, para pagamento, no prazo máximo de 30 dias, podendo ser parceladas, a pedido do interessado.

Segundo determinou o CJF, no que se refere à reposição ao erário de valores recebidos pelo servidor ou magistrado em decorrência de cumprimento à decisão liminar, à tutela antecipada ou à sentença que venha a ser revogada ou rescindida, os valores deverão ser atualizados até a data da reposição.

Imprensa – Fenajufe

# Sisejufe impede terceirização

Da Redação

Os setores de segurança e informática do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-RJ) não poderão ser terceirizados. O Órgão Especial do TRT acatou, em parte, na sessão do dia 21 de fevereiro, a ação do Sisejufe contra a Resolução Administrativa 04/07 da Presidência. A iniciativa extinguiu várias especialidades. O desembargador César Marques fez pedido de vistas no processo, depois de ter votado pela revisão apenas da uma parte da resolução, que trata da extinção dos cargos de programadores e de segurança/transporte. A maioria do Órgão Especial acompanhou o voto de Marques. O

processo do sindicato (1.163/07) foi analisado pelo Órgão Especial, com base no voto do relator, que indicava a revisão total da resolução do TRT. Essa decisão eliminava toda possibilidade de terceirização prevista pela resolução do direção do TRT.

A Resolução Administrativa 04/07, de 5 de fevereiro de 2007, da presidência do tribunal, acaba com especialidades nas áreas de segurança, de técnico de operador de computadores, carpintaria e marcenaria, artes gráficas, telecomunicações e eletricidade, mecânica, programador e transporte.

O Artigo 2º da resolução abre espa-

ço para a substituição servidores concursados por trabalhadores terceirizados de empresas contratadas. “As especialidades colocadas em extinção serão objeto de terceirização, mediante a substituição gradativa por empresas contratadas, de modo que, no interesse da Administração, as atividades não sofram descontinuidade”, diz o referido artigo.

“Quanto às demais especialidades, continuaremos insistindo na tese da não-terceirização/privatização. Esta será sempre uma bandeira do Sindicato”, advertiu o diretor do Sisejufe Nilton Alves Pinheiro, que acompanhou a sessão do Órgão Especial do TRT.

## Pelo combate à morosidade da Justiça

Relatório feito pela presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, mostra que o Processo Virtual e o combate à morosidade são as prioridades do CNJ para a agenda judiciária em 2008. O documento foi entregue ao presidente do Congresso, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) no dia 11 de fevereiro. O objetivo é implementar o Processo Virtual em todos os órgãos do Poder Judiciário, buscando sua padronização. Hoje, dos 27 tribunais de Justiça do país, o sistema já é usado somente em 17, e outros nove estão em processo de implantação. O relatório ainda recomenda ao Judiciário dar “prioridade à modernização das primeiras instâncias”. O documento lista ainda as principais decisões do Plenário do CNJ em 2007, onde se destacam, por exemplo, o afastamento de titulares de cartórios que ocupavam interinamente a vaga, sem aprovação em concursos público.

## Servidores da Justiça Militar recebem reenquadramento do PCS

Os servidores da Justiça Militar receberam, junto com o folha do mês de fevereiro, o pagamento do passivo relativo ao reenquadramento do novo Plano de Cargos e Salários (PCS). O crédito foi feito no dia 20 de fevereiro, segundo confirmou a Assessoria de Imprensa do Superior Tribunal Militar (STM), em Brasília. A informação de que o pagamento seria feito junto com o salário de fevereiro foi dada pelo diretor-geral do STM, Afonso Ivan Machado, durante reunião com representantes da Fenajufe. Têm direito ao pagamento do passivo os servidores aprovados em concurso público anterior a 1996, mas que tomaram posse após a implementação do pri-

meiro Plano de Cargos e Salários (Lei 9.421/96). O direito ao enquadramento está previsto no Artigo 22 do novo Plano de Cargos e Salários. A maioria dos servidores do Judiciário com direito ao reenquadramento já recebeu o que era devido, entre eles os funcionários do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Supremo Tribunal Federal (STF), da Justiça Federal e de vários Tribunais Regionais Eleitorais (TRE). Os servidores da Justiça do Trabalho ainda aguardam autorização para liberação dos recursos. A direção da Fenajufe já agendou uma reunião com o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) para tratar do assunto.



### 3º Sarau Judicial Cool

Sexta-feira – 4 de abril – 19h  
no auditório do Sisejufe  
av. Presidente Vargas, 509/11º andar

**Participe!**

# Contestado curso de oficiais *ad hoc*

Da Redação

Em defesa da realização de concurso para entrar no serviço público, a direção do Sisejufe protocolou, em 19 de fevereiro, pedido de suspensão do curso de formação de oficiais de justiça *ad hoc*, que está programado pelo Tribunal Regional do Trabalho do Rio (TRT-RJ). O sindicato considera que a iniciativa viola uma série de regras constitucionais e infraconstitucionais, como a Lei 11.416/2006 e as Portarias Conjuntas 1 e 3, de 2007, assinadas pelos presidentes do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Caso, o TRT não cancele o curso, o

Sisejufe entrará com recurso no CSJT e com representação no Tribunal de Contas da União (TCU) que poderá resultar na responsabilização cível e pecuniária do administrador que tenha usado verba para fins não permitidos pela legislação.

Com o requerimento administrativo, o Sisejufe quer que a presidente do TRT do Rio, desembargadora Dóris Castro Neves, reconheça a ilegalidade e a inconstitucionalidade do curso para formação de oficiais de justiça *ad hoc*.

O sindicato defende a realização de concurso para o preenchimento de qualquer cargo ou função no serviço público.

Além disso, os oficiais de justiça são providos em cargo com funções institucionais específicas no Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União. Assim, a realização de curso de formação para os oficiais temporários desrespeita o plano de carreira e abre uma lacuna que permite a contratação de pessoal sem que tenha sido realizado concurso público.

“Temos que acabar com essa prática no serviço público, a de usar cursos, que não têm critérios transparentes, para prover um cargo com especialidade para o qual se exige concurso. Isto fere a impessoalidade e a transparência”, afirma Roberto Ponciano, diretor do Sisejufe.

## IR não incide sobre os juros de 11,98%

Na sessão plenária administrativa do dia 21 de fevereiro, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o imposto de renda não incide sobre os juros moratórios decorrentes do pagamento tardio da diferença de 11,98% (processo nº 323.526). A jurisprudência do Supremo já havia se firmado no sentido de serem devidas aos servidores do Poder Judiciário as diferenças decorrentes da errônea conversão dos seus salários em URV (11,98%). Entendimento este que foi seguido pela administração dos órgãos do Poder Judiciário, que promoveu o pagamento tardiamente, incluído juros.

A controvérsia que se mantinha, agora desfeita pelo Supremo, dizia respeito à natureza dos juros devidos pela demora da quitação do direito. Se remuneratórios, sobre os juros recebidos ou a receber deve incidir o imposto de renda; de outro lado, se indenizatórios, sobre tais juros o tributo não deve incidir, porque não seriam classificados como acréscimo patrimonial.

## Sisejufe cobra direito de ressarcimento do plano de saúde no TRT do Rio

O Sisejufe entrou com requerimento administrativo para que os servidores do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) também sejam ressarcidos das despesas e gastos com planos de saúde não contratados diretamente pelo tribunal. O pedido se baseia na orientação da Tribunal de Contas da União (TCU) que mandou estender o pagamento dos valores de ressarcimento dos convênios médicos aos funcionários do Conselho Nacional da Justiça (CNJ).

No ano passado, o sindicato articulou junto ao CJF o reconhecimento do benefício para os servidores do TRF e da Justiça Federal de Primeira Instância, o que beneficiou os servidores em âmbito nacional. O pedido no TRT é para que a administração do tribunal siga a orientação do TCU e

estenda o pagamento aos servidores que não usam o plano da Amil, o oficial do TRT. Na prática, essa medida dá aos funcionários que pagam quaisquer planos de saúde particular o direito de serem ressarcidos de parte do pagamento, igualando àqueles que usam o plano contrato diretamente pelo administração.

A direção do sindicato cobrará um parecer da Assessoria Jurídica da Presidência do TRT, responsável pela análise do pedido administrativo. A diretoria do Sisejufe espera que um deferimento breve para a questão. Do contrário, encaminhará o caso ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e ao TCU. “Vamos cobrar uma posição da presidência do TRT para garantir o direito dos servidores do tribunal”, afirma Roberto Ponciano, diretor do Sisejufe.

# Para provar que 6 horas são suficientes

Da Redação

Os servidores do Tribunal Regional do Trabalho do Rio (TRT-RJ) vão trabalhar seis horas diárias, ou seja, 30 horas semanais durante a Semana de Lutas pela Redução da Jornada, em data ainda a ser definida. Essa foi uma das decisões tomadas na assembléia realizada na rua do Lavradio, no dia 20 de fevereiro, que marcou o começo da campanha e a adesão do funcionalismo à luta pela diminuição da carga horária. Também ficou decidida a circulação de um abaixo-assinado reivindicando a redução da carga horária e que será protocolado um pedido administrativo à direção do TRT para a alteração da jornada diária. Os servidores presentes à assembléia aprovaram ainda levar à Fenajufe a sugestão de transformar o indica-

tivo em ponto de luta nacional. O tema é antigo e prioritário para o Sisejufe há pelo menos quatro anos.

Na avaliação da diretoria do sindicato, com a aprovação dos últimos Planos de Cargos e Salários (PCS), que fizeram a categoria conquistar um patamar salarial digno, a redução da jornada para seis horas passou a ser fundamental. Em suas intervenções, os diretores do sindicato Roberto Ponciano, David Batista Cordeiro e a ex-diretora Vera Lúcia Pinheiro deixaram claro que a luta por jornadas menores não será travada apenas no campo jurídico. Será, sim, uma conquista política da categoria, necessitando a mobilização de todos os servidores da Justiça do Trabalho, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar e da Justiça Federal.

Os diretores do Sisejufe Roberto Ponciano e Lucilene Lima participaram, no dia 23 de fevereiro, da plenária da Fenajufe, em Brasília, representando o Rio. Na ocasião, denunciaram a tentativa de aumento de jornada

proposto pelo TRT-RJ. Eles aproveitaram para reivindicar que a federação assumira a luta por uma jornada nacional permanente de 30 horas semanais, como forma de estender a luta do TRT-RJ para todo o Brasil.

## Quem sabe faz 6 horas, não espera acontecer

Durante a assembléia, o sindicato foi informado de que o objetivo da atual presidente do TRT-RJ, desembargadora Dóris Castro Neves é aumentar a produtividade aumentando a carga horária. O Sisejufe considera que isto é um equívoco da administração. Os servidores do TRT não são os culpados pelo atravancamento do Judiciário. Apesar do esforço do funcionalismo, o número de demandas cresce a cada ano e este crescimento não é acompanhado por um maior número de varas, nem por maior número de funcionários. Não fosse o esforço dos funcionários, que trabalham em cartórios com o número de servidores reduzidíssimo, a Justiça do Trabalho já teria parado.

to informa que os trabalhadores que sofrerem retaliação por parte da administração, por não cumprirem metas relacionadas ao aumento de carga de trabalho, devem procurar o Sisejufe. "Nosso sindicato considera assédio moral qualquer tentativa de impôr à força o aumento irracional da produtividade", afirma Roberto Ponciano. "Qualquer tentativa de coação por parte da administração deve ser respondida à altura e denunciada ao sindicato. Não devemos trabalhar mais para cumprir metas surreais traçadas pela administração", conclui.

Estudos já divulgados pelo Sisejufe, na Idéias em Revista, demonstraram que o aumento da carga horária só aumenta as doenças laborais, não a produtividade. Ignorar tal fato é retroagir ao século XIX. Países capitalistas avançados como a Alemanha, Holanda e França já reduziram a carga horária como maneira de diminuir o desemprego, as doenças ocupacionais e aumentar a qualidade de vida.

O resultado do acréscimo de carga horária no TRT será o aumento das doenças laborais, LER/Dort e doenças psicossomáticas. Com o prolongamento inútil da jornada, a produtividade cairá. Os servidores não devem se sacrificar para cumprir metas desumanas de produtividade. A direção do sindic-

## Assembléia no TRT define metas de luta

Na assembléia da rua do Lavradio estiveram presentes cerca de 25 servidores. Embora pequeno, o encontro foi representativo. As primeiras assembléias dos PCs 2 e 3 também contaram com poucos participantes e logo o movimento cresceu a ponto de o sindicato promover passeatas com 2 mil servidores. Para Roberto Ponciano, "é representativo que a largada tenha sido no TRT-RJ, um tribunal que vem tendo dificul-

dades na mobilização dos servidores, e que, por esta razão, o tornou-se prioritário nas ações do Sisejufe". De acordo com a direção do sindicato, a redução da jornada não vai ser algo que se conquiste na disputa legalista, ou fruto da "boa vontade" das administrações. "Os servidores tem de acreditar em si mesmos e trazer os companheiros que estão em dúvida para a mobilização", diz Ponciano.



# Hora de debater o Plano de Carreira

Max Leone\*

De março a maio deste ano, as discussões sobre o Plano de Carreira voltam a ser o centro das atenções dos servidores do Judiciário Federal no Rio. Agora com a participação mais efetiva dos funcionários do Interior do estado. Seguindo orientação da Fenajufe, que acatou uma sugestão do próprio Sisejufe de realizar fóruns regionais de discussão, a direção do Sindicato organizará debates e seminários descentralizados em municípios do interior entre março e o final de maio. O primeiro encontro da série vai ser dia 25 de março na Justiça Federal de Niterói.

Os eventos terão a participação de técnicos do Dieese, de tribunais superiores, do movimento sindical e da categoria. A iniciativa seguirá o exemplo pioneiro do Seminário sobre Plano de Carreira e Gestão Democrática de Pessoal, promovido em 22 de setembro do ano passado pelo Sisejufe, na sede do sindicato. Na ocasião, os debates contaram com as presenças de servidores sindicalizados, dirigentes sindicais de todo o país e painelistas da CUT, do Dieese, da Fenajufe, do STF, da UFRJ e do Sintrajufe-RS.

“Agora, é hora de aprofundar o debate e transformar o Plano de Carreira em realidade, depois da iniciativa pioneira do Sisejufe de ser o primeiro a fazer esse debate. Temos que discutir e transformar em realidade idéias fundamentais como a redução da jornada para 6 horas”, afirma Roberto Ponciano, diretor do Sisejufe.

Para um maior participação da categoria, os organizadores dos seminários descentralizados dividiram o es-

tado em cinco regiões. A Região 1 – Niterói e São Gonçalo – dará a largada nos trabalhos, com a reunião acontecendo em Niterói, no dia 25 de março. Em seguida, os debates serão realizados na Região 2 – Campos, Macaé e Itaperuna –, com as discussões marcadas para a cidade de Campos, dia 2 de abril. A Região 3 – Volta Redonda, Resende, Barra do Pirai e Angra dos Reis – terá como sede dos trabalhos Volta Redonda, dia 9 de abril, e Angra, no dia 16.

A Baixada Fluminense também estará presente nos debates sobre Plano de Carreira. Será representada pela Região 4 – Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti e Duque de Caxias –, com Nova Iguaçu, no dia 23 de abril, e São João de Meriti, dia 30, recebendo os palestrantes para os eventos. E por fim, a Região 5 – Magé, Petrópolis, Nova Friburgo, Teresópolis e Três Rios – fechará o ciclo de encontros pelo Interior até o mês de junho. Os seminários acontecem no dia 7 de maio em Petrópolis e no dia 14 de maio, em Nova Friburgo.

Uma cartilha com os principais pontos de discussão será produzida para servir de referência nas discussões. As novas propostas que surgirem farão parte de um relatório a ser encaminhado à Plenária do II Encontro Nacional sobre Plano de Carreira da Fenajufe, em novembro, para ser votado e aprovado como resolução. O resultado final será entregue aos representantes do Supremo Tribunal Federal (STF).

A primeira etapa de debates nacionais ocorrerá nos dias 28, 29 e 30 de março, quando acontecerão o I Encontro Nacional sobre Plano de Carreiras e XIV Plenária Nacional da Fenajufe, com a participação de delegados eleitos na assembleia de 5 de março. De abril a outubro, encontros estaduais e locais aprofundarão o tema até a realização do II Encontro Nacional em novembro. O Encontro Estadual da Justiça Eleitoral no Rio está marcado para o dia 20 de maio e o evento da Justiça do Trabalho, para o dia 27 de maio.

\*Da Redação.

## Cronograma dos debates no Interior

Região	Sede	Data	Hora
1 – Niterói, São Gonçalo	Niterói	25 de março	19h
2 – Campos, Macaé e Itaperuna	Campos	2 de abril	19h
3 – Volta Redonda, Resende, Barra do Pirai e Angra dos Reis	Volta Redonda	9 de abril	19h
	Angra	16 de abril	19h
4 – Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti e Duque de Caxias	Nova Iguaçu	23 de abril	19h
	São João	30 de abril	19h
5 – Magé, Petrópolis, Nova Friburgo, Teresópolis e Três Rios	Petrópolis	7 de abril	19h
	Friburgo	14 de abril	19h

## ■ Literatura – Feitiços, de Roberto Pontiano

É da figura da mulher, vista de forma suave, transcendente, mística e mágica, que brotam os fios que tecem cada um dos textos de *Feitiços*, estréia literária de Roberto Pontiano. Bacharel em Direito e em Letras, ativista político, servidor da Justiça Federal e atual diretor do Sisejufe, Pontiano reúne escritos, em verso e prosa, de 1999 a 2003. Editado pela Booklink, com 107 páginas, *Feitiços* conta histórias que remetem a Anais Nin e em cujo lastro teórico podemos identificar autores libertários

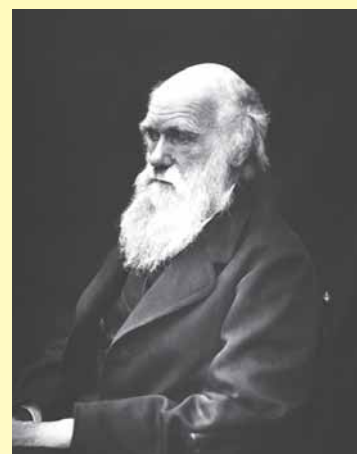
como Wilhelm Reich. Para a poetisa Glória Horta, que prefacia a obra: “O grande encanto de seus versos é que neles não nos deparamos com o poeta idealizador da mulher diáfana, devoradora e inacessível, nem com o amante traído imerso em lamúrias. (...) Pontiano grita na nossa cara: a liberdade da busca do prazer, sem culpas, sem medo e sem vergonha. A entrega plena.”. O livro pode ser encontrado na página [www.booklink.com.br](http://www.booklink.com.br) a R\$ 20,00 na versão impressa e a R\$ 10,00 na versão digital.



## ■ Exposição – Darwin: descubra o homem e a teoria revolucionária que mudou o mundo

Em cartaz no Museu Histórico Nacional até o dia 20 de abril, a mostra recria a viagem de descoberta de Darwin, que transformou a percepção sobre a origem e a natureza das espécies. Além de retratar aspectos exclusivos da passagem de Darwin pelo Rio de Janeiro, em 1832, a mostra inclui a recriação cenográfica da Mata Atlântica. A exposição do Instituto Sagari, representante oficial do Museu de História Natural de Nova York no Brasil, dá aos cariocas a oportunidade de conhecer mais sobre a vida e a obra do criador da Teoria da

Evolução. O horário de funcionamento é de terça à sexta-feira, de 9h às 18h. Aos sábados, domingos e feriados o horário é de 10h às 18h. O Museu Histórico Nacional fica na Praça Marechal Âncora, Centro, Rio de Janeiro. Entradas a R\$ 15 (inteira) e R\$ 7 (estudantes e professores). Entrada franca para crianças menores de 7 anos, grupos de escolas públicas agendados e idosos a partir de 60 anos. Para maiores informações e agendamento de grupos, ligar para (21) 4062.0089 ou acesse o site [www.darwinbrasil.com.br](http://www.darwinbrasil.com.br).



## ■ Música – Centro Cultural Light apresenta nova temporada de shows

De terça-feira à sexta-feira o Centro Cultural Light oferece uma diversidade de programas musicais para diversos públicos, do clássico ao popular. Às terças-feiras, o Centro Cultural apresenta o projeto “Terças Musicais” com nomes importantes da música brasileira, como a dupla Kleiton & Kledir, Alcione, Wando e o grupo Azymuth. Às quartas-feiras há o “MPB 12h30 em ponto”, um *talk-show* comandado pelo jornalista e pes-

quisador Ricardo Cravo Albin. Nas quintas-feiras acontecem homenagens os 50 anos da Bossa Nova, com o projeto “Sempre Bossa Nova” e músicos que fizeram parte dessa história como Carlos Lyra, João Donato, Marcos Vale, Roberto Menescal e Leny Andrade. O projeto “Música no Museu”, às sextas-feiras, com sessões mensais, apresenta feiras da música clássica como o Quarteto Alevare. O Centro Cultural Light fica na

Avenida Marechal Floriano, nº 168, Centro, Rio de Janeiro (próximo ao metrô da Presidente Vargas). Todas as apresentações acontecem às 12h30, os shows são gratuitos, com senhas distribuídas uma hora antes das apresentações. Apenas o projeto “Terças Musicais” custa R\$ 5 – valor que será revestido para a Sociedade Viva Cazuza. Para maiores informações ligar para: (21) 2211-4515 e 2211-4420.

## ■ Cinema – A Morte de George W. Bush



Imagine que o presidente norte-americano George W. Bush está em Chicago para um encontro com líderes locais e é atingido mortalmente por um tiro disparado por um franco-atirador. Eis o mote do filme “A Morte de George W. Bush”, de Gabriel Range, que estréia dia 7 de março em todo Brasil. A polêmica produção britânica, feita originalmente para TV, é um misto de ficção e documentário e foi eleita pela crítica o melhor filme de 2006 no Festival de Toronto, no Canadá. O longa-metragem narra o drama político que se instaura no país após o assassinato do atual presidente norte-americano, o republica-

no George W. Bush. Com um orçamento de dois milhões de dólares, a obra apresenta cenas que reproduzem, com riqueza de detalhes, uma manifestação contra o atual presidente diante do Hotel Sheraton, em Chicago, local do suposto crime que acontece em meio a esta manifestação, em outubro de 2007. Dois anos depois, um documentário investigativo é feito para narrar as ações de todas as pessoas envolvidas naquele dia fatídico: são ouvidos os parentes dos 300 suspeitos presos, a maioria com origem árabe. Entre os suspeitos há também pais dos soldados que morreram na guerra no Iraque.

# Flores de Cetim



Marlene de Lima\*

Tudo escuro na estação da Leopoldina. Eu dava aula na Avenida Brasil, e o último conselho de classe do ano terminara tarde. Apreensiva, esperava a segunda condução para casa. Os faróis dos carros jogavam luz nos rostos ansiosos tentando ler os letreiros dos ônibus. Todo mundo solidário no medo, mas temendo a aproximação do outro.

Uma mulher tocou meu ombro. Na mão aberta, mostrava algo difícil de ver naquele breu. Me aproximei de uns rapazes que falavam de futebol. A escuridão inibia o volume das vozes, e o silêncio aumentava a sensação de insegurança.

A desconhecida me seguiu. "Tenha medo não, moça. Sou do bem, faço flores. Só cinco reais." Chegou mais perto. Eu quase em pânico. "Não tenho dinheiro. E isso não é hora de se vender nada!" "E fome tem hora? São onze e pouco, dona." — Alteou a voz. — "Pra comprar comida, viu? Tô vindo de uma faxina na Ilha. A mulher só paga no fim do mês. Desaforo, né? Mas ouviu poucas e boas. Tenho uma filha de sete anos

me esperando, pra não dormir de barriga vazia. Dê quanto quiser."

Vi com alegria meu frescão parado no sinal. Os sete anos da menina me fizeram tirar os cinco reais separados no bolso do casaco e pegar a flor. Na claridade do ônibus, a rosa azul fazia jus ao preço e minha consciência estava em paz.

Enfim, férias, verdes mares. Na cadeira de praia, eu folheava sem muito interesse o jornal local, quando, num pequeno espaço, dei com uma notícia do Rio. Maria do Amparo, diarista, solteira, quarenta anos, matou com uma faca de cozinha a dona de casa Helena Damasceno, na noite de treze de dezembro, na Ilha do Governador. Os vizinhos tinham visto a acusada discutindo com a patroa na varanda, por volta das dez. O marido da vítima encontrou o corpo à meia-noite, ao chegar do hospital onde era enfermeiro. E, como Helena levava o lixo para a calçada às onze — quando passava o caminhão — o crime só poderia ter ocorrido depois daquela hora. Amparo alegava ter saído da casa às dez e trinta e pegado um ônibus na Estrada

do Galeão. Seu álibi era precário: às onze e pouco, vendera uma flor azul a uma mulher de óculos, na Leopoldina. Ninguém para confirmar. A polícia não acreditava.

Natal, Ano Novo, e a figura sem rosto da vendedora de flores na minha cabeça. Eu me sentia partilhando a cela com Maria do Amparo. Alterei os planos de passar em Salvador e retornei ao Rio. No dia seguinte ao da chegada, fui à 37ª DP, na Ilha, me apresentar como a mulher de óculos da Leopoldina.

Em fevereiro recomeçaram as aulas. "Professora Celeste" — o inspetor me chamava à portaria do colégio. Eu não conhecia a mulata magrinha de cabelos entrançados e dentes que não caíam dentro da boca. Trazia pela mão uma menina sorridente, que se adiantou e me entregou a caixa de plástico. Vi uma lágrima no rosto de Amparo. Sob a tampa transparente, resplandecia uma rosa de cetim intensamente vermelho.

Era a cor da gratidão.

\*Funcionária aposentada do TRT-RJ

# A crise de identidade do sind

Helder Molina\*

A ofensiva neoliberal nos anos 90 produziu profundos e extensos estragos nas economias, nas sociedades e principalmente nos movimentos sociais organizados. Dentre estes, os sindicatos sofreram profundas derrotas. A CUT não ficou imune a essa ofensiva. Muitas de suas lideranças ficaram divididas entre a perplexidade, a resistência fragmentada (setores e correntes minoritárias no interior da CUT), e a “adesão propositiva” a alguns pressupostos da nova ideologia (setores e correntes majoritárias da Central).

No decorrer desta discussão, afirmamos que a CUT era uma concepção sindical construída pela base, democrática, autônoma e classista e sobretudo de combate anticapitalista, um contraponto político e ideológico às concepções e práticas cupulistas (onde as direções decidem sem consultar a base, e em nome dela), burocráticas, autoritárias e de colaboração de classe do sindicalismo oficial tutelado pela Ditadura Militar, herança do Estado Novo e da Era Vargas.

Dissemos que a fundação da CUT foi produto histórico da luta organizada de um múltiplo e diversificado leque de forças sociais e políticas que resultou num amplo movimento de contestação e combate ao regime militar, suas doutrinas e práticas violentas e autoritárias e pelo resgate do Estado democrático de direito. A existência da CUT significou, no campo sindical, um rompimento concreto com os limites da estrutura sindical oficial corporativa, e um profundo avanço dos trabalhadores na conquista de direitos humanos, civis e sociais.

Dados do Censo Sindical, produzido pelo IBGE, em 2002, indicavam que a CUT – mesmo enfrentando o vendaval neoliberal – era a quinta maior central sindical do mundo, em número de trabalhadores representados (22 milhões) e de sindicatos filiados (3.864 entidades).

Um dos principais obstáculos à consolidação das políticas neoliberais do grande capital internacionalizado no Brasil foi, sem dúvida alguma, a resistência dos trabalha-

**Quase 65% dos trabalhadores brasileiros estão na informalidade, excluídos do mundo sindical. Daqueles que estão formalmente empregados, apenas 20% têm algum vínculo com sindicatos e menos de 5% dos trabalhadores formais participam da vida política de suas entidades representativas.**

dores, especialmente os setores mais organizados e combativos, com experiências acumuladas de lutas, reunidos em torno da CUT. Para as classes dominantes, era urgente construir uma ferramenta que fosse instrumento de disputa de hegemonia dentro do próprio mundo do trabalho. Não bastava só atacar os sindicatos e as organizações populares, era necessário disputar no próprio campo. É nesse contexto e em acordo com as necessidades do capital que nasce a Força Sindical, uma central sindical de cunho governista e neoliberal criada em 1991.

Mas o neoliberalismo não influencia só a Força Sindical. O próprio sindicalismo cutista não fica imune a essa contaminação ideológica. O IV Congresso foi, com certeza, o mais tumultuado desde a fundação da CUT, um congresso marcado pela violência física e pela intolerância, de todos os lados. Foram 16 teses em que as divergências políticas estratégicas se mostraram com toda clareza e profundidade. Trata-se do marco de adesão propositiva da CUT ao ideário neoliberal e seu impactos sobre o movimento sindical combativo, onde um processo de concessão ideológica se alia à fragmentação política.

De uma Central que nasceu com um caráter de contestação da ordem capitalista, de defesa dos interesses históricos (estratégicos) dos trabalhadores, como a luta pelo



socialismo e pela auto-emancipação dos trabalhadores, inserida em seus estatutos desde a fundação, passa a assumir uma política de negociação e colaboração, dentro dos marcos econômicos e políticos definidos pela globalização do capital e do avanço do neoliberalismo.

Mesmo que negue, a CUT, com a importância social e política que construiu nas lutas específicas e gerais ao longo dos anos, legitima o fetiche da qualificação do trabalhador como forma de enfrentamento do desemprego. O problema da empregabilidade é do trabalhador, defasado e desqualificado para o novo mercado de trabalho e para a nova lógica produtiva destes tempos

# Sindicalismo no período 1992-2008



neoliberais. Essa ideologia da empregabilidade diz que empregos há, diminui a oferta, é verdade, aumentou a demanda, outra verdade, mas, segundo os neoliberais, o problema é do próprio trabalhador, que agora terá que ser mais competitivo, qualificado, polivalente e produtivo.

Tal complexidade coloca aos sindicatos e à CUT um conjunto de exigências políticas imediatas, propriamente sindicais, combinadas com políticas de cunho estratégico, de macro alcance sócio-econômico e político-cultural, com relevância e urgência. As tarefas políticas dessa agenda envolvem uma rede de temas, como a organização dos trabalhadores por locais de trabalho, um novo

padrão de negociação e contratação coletiva, a constituição da verticalidade da CUT por ramos produtivos e a horizontalidade por temáticas relacionadas ao mundo do trabalho, sociedade e desenvolvimento econômico, social e cultural, tais como a reforma agrária, as reformas tributária e fiscal, políticas sociais concretas e abrangentes no sentido de ampliar o acesso ao saneamento ambiental, saúde, educação, habitação, segurança pública e seguridade social.

## *As contradições sob o governo Lula*

Sob o governo Lula as contradições do sindicalismo cutista só se agravaram. Entre o compromisso de defender um governo com características populares, com tarefas de romper com a histórica desigualdade econômica e social brasileira, instituir direitos sociais, superar a exclusão, resgatar a soberania nacional e inverter a lógica do Estado, e o perigo de se tornar uma correia de transmissão do governo, a CUT vive um dilema e uma crise de identidade. Essa crise de identidade, ou da escolha de uma adaptação, de transição gradual, de desenvolvimento social sem ruptura com o capitalismo, têm provocado grandes reflexos no mundo sindical. Vamos aqui apontar apenas uma das repercussões: a fragmentação e divisão do movimento sindical.

Na árvore da estrutura sindical brasileira, que em 1983 tinha dois galhos, hoje temos 8 galhos que se afastam, apesar de um falacioso discurso de unidade. Dados do Diap, Diesat, Dieese e das centrais sindicais, de dezembro de 2007, cruzados e estudados em conjunto, informam que a CUT ainda representa cerca de 50% dos sindicatos. Esta diminuição percentual em relação aos dados do IBGE de 2002 se deve, principalmente, à saída dos sindicatos que formaram a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) – cujo lastro está em partidos como o PSTU e em sindicatos nacionais independentes, como ANDES, dos professores universitários – e a Intersindical (sindicalistas ligados ao PSOL e ao PCB). Estes, juntos, representam cerca de 4% dos sindicatos.

A Força Sindical reúne 21%; a SDS se fundiu com a CAT e a CGT fazendo nascer a UGT (União Geral dos Trabalhadores) que incorporou uma parcela de 10% dos sindi-

catos. Ao final de 2007, com saída da Corrente Sindical Classista (ligada ao PCdoB) da CUT, foi criada a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), com participação do PCdoB e setores ligados ao PSB, que passam a ter influência em cerca de 20% do movimento sindical organizado, embora muitos dos sindicatos que poderão migrar para a CTB ainda permaneçam filiados à CUT. Tais números, portanto, não são definitivos. Grande parte dos sindicatos ideologicamente vinculados à Conlutas não estão filiados a nenhuma central sindical, ou se consideram independentes, visto que essa organização não se reivindica organicamente uma central e sim uma coordenação de lutas, como diz o próprio nome.

Em todo caso, esses dados demonstram o neocorporativismo, o sectarismo e cupulismo, visto que a imensa maioria dos trabalhadores, quase 65%, estão na informalidade, excluídos do mundo sindical, dos direitos sociais e sem representação política. Daqueles que estão formalmente empregados, apenas 20% têm algum vínculo com sindicatos e menos de 5% dos trabalhadores formais participam da vida política de suas entidades.

## **Bibliografia básica consultada para a série de artigos:**

- BADARO, Marcelo. Novos e Velhos Sindicalismo no Brasil. Tese de Doutorado/História-UFF, RTexto Impresso, 1998, RJ
- BOITO, Armando Boito JR. Sindicalismo e política neoliberal no Brasil, Boitempo editorial, 2000, SP
- MOLINA, Helder. Breve História das Lutas e Concepções Políticas dos Trabalhadores no Brasil.. Texto para Curso de Formação Sindical, Rio de Janeiro, Sindpd/RJ, 1999.
- MOLINA, Helder. Capitalismo, sindicalismo e educação dos trabalhadores: Uma análise da política nacional de formação da CUT. Dissertação de Mestrado em Educação, UFF, 2003
- ROLLEMBERG, Denise. Movimento Sindical no Brasil, Mimeo, 1998, RJ.
- SEGATTO, Jose A. História do Movimento Sindical no Brasil. Mimeo, 1990, RJ

\*Historiador. Assessor de Formação Política da CUT-RJ.

# Iraque: a sombra das



Apesar de as últimas pesquisas indicarem que o declínio da economia ultrapassou o fracasso no Iraque em termos de importância para o eleitorado estadunidense, a própria ocupação do país e “a mentalidade que nos colocou nessa guerra”, como descreveu Barack Obama, certamente voltarão a assombrar as eleições neste ano. Mas será que algum candidato irá, dessa vez, se opor aos interesses corporativos estadunidenses?

Embora o Iraque recentemente ter deixado de aparecer nas capas dos jornais estadunidenses, o país ocupado continua em irrupção, um barril de pólvora pronto para explodir. A redução da violência em Bagdá nos últimos meses, creditada ao “plano de aumento de tropas” de George W. Bush, se provou muito mais uma mudança das estratégias de guerra das diversas milícias iraquianas do que realmente qualquer sucesso das forças de ocupação. Além disso, qualquer mudança de planos de outros fatores contribuintes (como exemplos, uma nova ação iraniana, o retorno oficial do Jaish al-Mahdi, ou uma inversão de apoio das facções sunitas), levaria a um aumento significativo no número de baixas das forças de ocupação – o único fator que afeta o eleitorado.

Dessa forma, é previsível que o candidato republicano John McCain, aliado de George W. Bush, continuará a impor a sua ideologia militarista que vem conquistando os corações de milhares de eleitores – o uso de jargões como “não nos rendemos ao terrorismo” realmente mexe com o povo estadunidense.

A posição dos republicanos, para o bem ou para o mal, está clara, mas como o adversário democrata de

McCain responderá à questão do Iraque? Até o momento, nem Barack Obama nem Hillary Clinton trataram o assunto com a devida importância. Para recuperar um pouco da reputação estadunidense, os candidatos democratas terão que tomar um rumo diferente do que tomaram há cinco anos, quando tudo isso começou. Naquele caso, quando Bush soou as trombetas de guerra, os mesmos se esconderam, para evitar parecerem fracos ao lidar com a questão da segurança nacional – votaram a favor e permitiram a invasão do Iraque. Ainda em 2003, os democratas votaram novamente contra uma resolução que os posicionaria contra a guerra, uma vez que a mesma representava somente os interesses corporativos de Bush e seus aliados. (...)

No dia 18 de fevereiro, três bases estadunidenses foram alvo de foguetes da Resistência Iraquiana – a base de Al-Habbaniyah, a base “Campo Cropper”, no Aeroporto Internacional de Bagdá, e “Campo Anaconda”, a ex-base aérea iraquiana de Al-Bakr. Informações sobre os danos causados foram suprimidas pelas forças estadunidenses, mas como resultado das explosões, as três bases sofreram incêndios que levaram de uma a quatro horas para serem contidos.

O governo local e as forças de ocupação não divulgaram qualquer nota sobre o ocorrido. No dia 19, o governo-fantoches iraquiano distribuiu fotos de 400 “membros procurados do Jaish al-Mahdi” na região xiita de Karbala. Shakir Jawdat, Comandante de Operações da província, comunicou oficialmente que imagens de Muqtada

# eleições dos EUA

as-Sadr, clérigo e líder da milícia xiita, estariam banidas desde então na região. O cerco contra As-Sadr e sua milícia, a organização paramilitar mais eficiente no Iraque, faz parte da pressão estadunidense contra a influência iraniana no Iraque – é vital lembrar que o próprio As-Sadr fez parte, por muitos meses, do governo-fantoches iraquiano.

No dia 20, militares do governo-fantoches falharam ao desativar foguetes capturados em um caminhão na região de Al-Ubaydi, em Bagdá. O erro transformou o caminhão em um veículo-bomba, que deixou todos os oito iraquianos especialistas em explosivos mortos, além de 42 policiais gravemente feridos.

O dia 21 de fevereiro foi marcado por um ataque da Resistência Iraquiana contra um comboio de mercenários pró-ocupação na região norte de Baiji. A explosão aconteceu às 19h25min, horário local, e detonou um veículo estadunidense GMC, deixando dois mercenários estrangeiros e dois seguranças iraquianos mortos. Atualmente, existem pelo menos 70 mil mercenários contratados pelo Pentágono agindo em solo iraquiano. No dia 22, um ataque de atiradores de elite da Resistência Iraquiana contra forças estadunidenses em Bagdá deixou dois soldados mortos. Até o momento, segundo as fontes ocidentais, 3.970 soldados estadunidenses foram mortos, e mais de 28 mil feridos, desde 2003, início da invasão promovida pelos Estados Unidos. Os números, todavia, podem ser muito mais altos.



# Kosovo: a admirável indepen

Diana Johnstone\*

Em fevereiro, a máquina de propaganda ocidental festejou o último milagre da Otan: a transformação do Kosovo sérvio no Kosovo albanês. O território vergonhosamente ocupado pelos Estados Unidos, que se serviu do problema do Kosovo para instalar uma enorme base militar (Camp Bondsteel) num território estrategicamente posicionado, pertencente a outras pessoas, está transformado pelo poder dos meios de comunicação numa lenda fabricada de "libertação nacional". (...)

No que se refere ao Kosovo, a verdade é como as palavras escritas na areia quando o tsunami da propaganda chega de rompante. A verdade está acessível – por exemplo, no artigo cuidadosamente informativo de George Szamuely, no Counter Punch. Por vezes também aparecem fragmentos da verdade nos meios de comunicação predominantes, normalmente em cartas de leitores. Mas como é impossível remar contra a maré que oficialmente patrocina a lenda, vou examinar apenas uma gota deste imparável mar de propaganda: uma coluna de Roger Cohen intitulada "O novo Estado da Europa", publicado no Herald Tribune.

O artigo de opinião de Cohen é bastante típico no modo desprezível como trata Milosevic, a Rússia os sérvios. Cohen escreve: "Slobodan Milosevic, o falecido ditador, pôs em marcha a onda nacionalista assassina da Sérvia em 24 de abril de 1987, quando foi ao Kosovo declarar que os 'antepassados sérvios ficariam desonrados' se a etnia albanesa levasse a melhor".

Não sei onde é que Roger Cohen foi buscar esta citação, que não se encontra no discurso que Milosevic fez em Kosovo naquele dia. E de certeza que Milosevic não foi a Kosovo para declarar uma coisa destas, mas sim para consultar os funcionários da Liga Comunista de Pol-



je, município do Kosovo, sobre os graves problemas econômicos e sociais da província. Para além da pobreza crônica da província, do desemprego e da má gestão dos fundos de desenvolvimento provenientes do resto da Iugoslávia, o principal problema social era o constante êxodo dos habitantes sérvios e montenegrinos sob a pressão da etnia albanesa. Na época, este problema foi noticiado nos principais meios de comunicação ocidentais.

Por exemplo, já em 12 de julho de 1982, Marvine Howe noticiava no New York Times que os sérvios abandonavam o Kosovo às dezenas de milhares por causa da discriminação e intimidação por parte da maioria étnica albanesa: "Os nacionalistas [albaneses] têm uma plataforma com dois pontos", segundo Beci Hoti, secretário executivo do Partido Comunista do Kosovo, "o primeiro para instaurar aquilo a que chamam uma república albanesa etnicamente limpa e a seguir para a fundir com a Albânia para formar uma Albânia maior.

Mr. Hoti, albanês, manifestou a sua preocupação com as pressões políticas que estavam forçando os sérvios a sair do Kosovo. "Agora o importante", disse, "é instalar um clima de segurança e criar a confiança". E, sete meses depois da visita de Milosevic ao Kosovo, David Binder noticiou no New York Times (1º de novembro de 1987): Albaneses no Governo [do Kosovo] manipularam fundos públicos e regulamentos para se

apropriarem de terras pertencentes a sérvios. Foram atacadas igrejas ortodoxas, e foram rasgadas bandeiras. Foram envenenados poços e incendiadas searas. Foram esfaqueados rapazes eslavos e alguns jovens de etnia albanesa foram instigados pelos mais velhos a violar moças sérvias. O objetivo dos nacionalistas radicais entre eles, disse numa entrevista, é uma "região de etnia albanesa que inclua a Macedônia ocidental, o sul de Montenegro, parte do sul da Sérvia, o Kosovo e a Albânia propriamente dita".

## Limpeza étnica

Como os eslavos estão fugindo diante a violência prolongada, o Kosovo está se tornando o que os nacionalistas de etnia albanesa exigem há anos, e que se tornou particularmente forte desde os motins sangrentos da etnia albanesa em Pristina em 1981 – uma região albanesa "eticamente pura".

Esta é que foi de fato a primeira ocorrência da "limpeza étnica" na Iugoslávia após a II Guerra Mundial, conforme noticiado no New York Times e em outros meios de comunicação ocidentais, e as suas vítimas foram os sérvios. O culto da "memória" é uma religião contemporânea, mas há memórias mais iguais do que outras. Na década de 90, o New York Times obviamente tinha-se esquecido completamente do que havia dito sobre o Kosovo nos anos 80. Por quê? Talvez porque o bloco soviético desmoronou e a unidade da Iugoslávia independente e não-alinhada já havia deixado de ser um interesse estratégico para os Estados Unidos. (...)

Em Genebra, o ministro russo do Exterior, Sergei Lavrov, tentou alertar os jornalistas para a sua grande preocupação sobre o modo como os Estados Unidos tratam do problema do Kosovo. "Estamos falando da subversão de todos os fundamentos e princípios do direito internacional, que foram conquistados e instituídos como base da existência da Europa com enorme esforço, e à custa de sofrimento, de sacrifício e de derramamento de sangue", disse.



# dência de uma colônia da Otan

"Ninguém tem um claro plano de ação a propor, no caso de uma reação em cadeia [de outras declarações de independência unilaterais]. Verifica-se que eles [os Estados Unidos e os seus aliados da Otan] planejam agir de modo descuidado numa questão da maior importância. Isto é totalmente inaceitável e irresponsável", disse o diplomata russo. "Sinceramente não consigo compreender quais são os princípios que orientam os nossos colegas americanos e os europeus que adotaram esta posição", acrescentou.

Roger Cohen reduz estas considerações a cinco palavras: "o urso russo vai rugir". A Rússia, acrescenta, "vai dar gritos. Mas apostou no cavalo errado". Aqui não há questões, não há princípios. Apenas rugidos e apostas. "Milosevic lançou os dados do nacionalismo genocida e perdeu", diz Cohen.

Isto não é apenas uma afirmação falsa, é uma metáfora grosseira e sem sentido. Milosevic tentou suprimir um movimento divisionista armado, secreta mas eficazmente apoiado pela vizinha Albânia, pelos Estados Unidos e pela Alemanha, que propositadamente provocou a repressão assassinando sérvios e albaneses leais ao governo. Tal como os americanos em circunstâncias semelhantes, Milosevic confiou demasiado na superioridade militar em vez de utilizar a perícia política. Mas o próprio Tribunal Criminal para a ex-Iugoslávia, de Haia, patrocinado pela Otan, teve que abandonar as acusações de "genocídio" contra Milosevic no Kosovo. Pela simples razão de que nunca houve ponta de provas para tal acusação.

Milosevic já não está vivo, e a Rússia está muito longe. Mas e quanto aos sérvios que ainda vivem na parte histórica da Sérvia que se chama Kosovo? Cohen resolve o problema em poucas palavras: "Parte dos 120 mil sérvios do Kosovo podem fazer-se à estrada".

Como Aldous Huxley realçou, "o objectivo do propagandista é fazer com que um grupo de pessoas se esqueçam que



Base militar de Camp Bondsteel: enclave norte-americano no Kosovo

há outros grupos de pessoas que são humanas".

Depois podem dizer-lhes para "se fazerem à estrada".

## O caso "único"

A Rússia chamou a atenção para o fato de que a independência do Kosovo estabelecerá um precedente perigoso, encorajando outras minorias étnicas a seguir o exemplo dos albaneses e a exigirem a separação e um Estado independente. Os Estados Unidos minimizaram estas preocupações afirmando lisonjeiramente que o Kosovo é um caso "único". Pois bem, o Kosovo é um caso único, e é o único reconhecido pelos Estados Unidos até que apareça o próximo "caso único". Depois de derrubados os critérios legais, haverá mais "casos únicos", uns atrás dos outros.

O "caso único" apregoado pelos Estados Unidos é uma construção propagandística. Baseia-se no suposto "caso único" da repressão de Milosevic do movimento divisionista armado, que não foi nada único. Foi um procedimento de atuação habitual em toda a história e em todo o mundo, em tais circuns-

tâncias. Deplorável, sem dúvida, mas nada único. Na verdade, foi bem menor se comparado com operações repressivas semelhantes mas muito mais prolongadas e muito mais sangrentas na Colômbia, no Sri Lanka e na Chechênia, para não falar da Irlanda do Norte, da Tailândia ou das Filipinas. E, ao contrário das operações contra insurreições no Iraque e no Afeganistão, que mataram incomparavelmente mais civis, foi levado a efeito pelo governo legal, democraticamente eleito do país, e não por um poder estrangeiro.

A propaganda do "caso único" é uma abstração. Tal como qualquer lugar qualquer na Terra, o Kosovo é de fato único. Mas em coisas que nada têm a ver com o pretexto dos EUA para o ocuparem e o transformarem num bastião militar do império. (...)

\*A autora de *Fools' Crusade: Yugoslavia, Nato, and Western Delusions* (Monthly Review Press) e *Cruzada de Cegos* (Editorial Caminho/Portugal)

A íntegra dessa artigo em [http://resistir.info/europa/kosovo\\_18fev08\\_p.html](http://resistir.info/europa/kosovo_18fev08_p.html)

# Veja troca o jornalismo pelo

Luís Nassif\*

## Os momentos de catarse e a mídia

*Estilo neocon, política e negócios*

O maior fenômeno de anti-jornalismo dos últimos anos foi o que ocorreu com a revista *Veja*. Gradativamente, o maior semanário brasileiro foi se transformando em um pasquim sem compromisso com o jornalismo, recorrendo a ataques desqualificadores contra quem atravessasse seu caminho, envolvendo-se em guerras comerciais e aceitando que suas páginas e *sites* abrigassem matérias e colunas do mais puro esgoto jornalístico.

Para entender o que se passou com a revista nesse período, é necessário juntar um conjunto de peças.

O primeiro, são as mudanças estruturais que a mídia vem atravessando em todo mundo.

O segundo, a maneira como esses processos se refletiram na crise política brasileira e nas grandes disputas empresariais, a partir do advento dos banqueiros de negócio que sobem à cena política e econômica na última década.

A terceira, as características específicas da revista *Veja*, e as mudanças pelas quais passou nos últimos anos.

### O estilo neocon

De um lado, há fenômenos gerais, que modificaram profundamente a imprensa mundial nos últimos anos. A linguagem ofensiva, herança dos “neocons” americanos foi adotada por parte da imprensa brasileira, como se fosse a última moda.

Durante todos os anos 90, *Veja* havia desenvolvido um estilo jornalístico onde campeavam alusões a defeitos físicos, agressões e manipulação de declarações de fonte. Quando o estilo “neocon” ganhou espaço nos EUA, não foi difícil à revista radicalizar seu próprio estilo.

Um segundo fenômeno desse período foi a identificação de uma profunda antipa-

tia da chamada classe média midiática em relação ao governo Lula, fruto dos escândalos do “mensalão”, do deslumbramento inicial dos petistas que ascenderam ao poder, agravado por um forte preconceito de classe. Esse sentimento combinava com a catarse proporcionada pelo estilo “neocon”. Outros colunistas utilizaram com talento – como Arnaldo Jabor –, nenhum com a fúria grosseira com que *Veja* enveredou pelos novos caminhos jornalísticos.

### O jornalismo e os negócios

Outro fenômeno recorrente – esse ainda nos anos 90 – foi o da terceirização das denúncias e o uso de notas como ferramenta para disputas empresariais e jurídicas.

A marketinização da notícia, a falta de estrutura e de talento para a reportagem tornaram muitos jornalistas meros receptadores de dossiês preparados por lobistas.

Ao longo de toda a década, esse tipo de jogo criou uma promiscuidade perigosa entre jornalistas e lobistas. Havia um círculo férreo, que afetou em muitos as revistas semanais. E um personagem que passou a cumprir, nas redações, o papel sujo antes desempenhado pelos repórteres policiais: os chamados repórteres de dossiês.

Consistia no seguinte:

O lobista procurava o repórter com um dossiê que interessava para seus negócios.

O jornalista levava a matéria à direção, e, com a repercussão da denúncia, ganhava *status* profissional.

Com esse *status* ele ganhava liberdade para novas denúncias. E aí passava a entrar no mundo de interesses do lobista.

O caso mais exemplar ocorreu na própria *Veja*, com o lobista APS (Alexandre Paes Santos).

Durante muito tempo abasteceu a revista com escândalos. Tempos depois, a Polícia

Federal deu uma batida em seu escritório e apreendeu uma agenda com telefones de muitos políticos. Resultou em uma capa escandalosa na própria *Veja* em 24 de janeiro de 2001 em que se acusavam desde assessores do Ministro da Saúde José Serra de tentar achacar o presidente da Novartis, até o banqueiro Daniel Dantas e o empresário Nelson Tanure de atuarem através do lobista.

Na edição seguinte, todos os envolvidos na capa enviaram cartas negando os episódios mencionados. As cartas foram publicadas sem que fossem contestadas.

O que a matéria deixou de relatar é que, na agenda do lobista, aparecia o nome de uma editora da revista – a mesma que publicara as maiores denúncias fornecidas por ele. A informação acabou vazando através do *Correio Braziliense*, em matéria dos repórteres Ugo Brafa e Ricardo Leopoldo.

A editora foi demitida no dia 9 de novembro, mas só após o escândalo ter se tornado público.

Antes disso, em 27 de junho de 2001 *Veja* produziu uma capa com a transcrição de grampos envolvendo Nelson Tanure. Um dos “grampeados” era o jornalista Ricardo Boechat. O grampo chegou à revista através de lobistas e custou o emprego de Boechat, apesar do grampo não ter revelado nenhuma irregularidade de sua parte.

Graças ao escândalo, o editor responsável pela matéria ganhou prestígio profissional na editora e foi nomeado diretor da revista *Exame*. Tempos depois foi afastado, após a Abril ter descoberto que a revista passou a ser utilizada para notas que não seguiam critérios estritamente jornalísticos.

Um dos boxes da matéria falava sobre as relações entre jornalismo e judiciário.

O box refletia, com exatidão, as relações que, anos depois, juntariam Dantas e a revista, sob nova direção: notas plantadas servindo como ferramenta para guerras empresariais, policiais e disputas jurídicas.

# O macartismo e manipulação

## A mudança de comando

*A entrada de Eurípides Alcântara e Mário Sabino*

Não vem ao caso discorrer, agora, sobre o fenômeno “Veja”. Mino Carta a lançou no final dos anos 60. A conformação final foi dada nos anos 80 pela dupla José Roberto Guzzo e Elio Gaspari, um misto de senso comum com matérias brilhantes, tendo como foco uma classe média não muito sofisticada.

O modelo não prescindia de ataques muitas vezes desqualificadores contra terceiros, lista negra de pessoas que não poderiam aparecer na revista, o direito de “detonar” quem quisesse, especialmente pessoas que se recusassem a passar informações para a revista, e coisas do gênero, uma espécie de “marca da maldade”, mas com talento, que seria continuada por seguidores menos talentosos.

Com a saída de ambos, nos anos 90 houve uma sucessão de diretores seguindo um padrão: os que entravam eram jornalisticamente inferiores aos que eram substituídos.

Gradativamente o modelo passou a ser tocado por mãos menos habilidosas e, ano a ano, seus principais vícios acabaram exacerbados: agressividade desmedida, desqualificação, uso abusivo de dossiês suspeitos, matérias ficcionais. Mantinha-se a maldade, mas sem o talento.

Guzzo foi substituído por Mário Sérgio Conti. Mais tarde, assumiu Tales Alvarenga, falecido recentemente, e que foi o primeiro a estreitar o estilo chulo dos “neocons”.

Logo depois, Tales foi chutado para cima, e seu posto ocupado por Eurípides Alcântara, o mais antigo dos quadros da Veja, e o último de sua geração a chegar ao posto de comando.

Nos anos 80 Eurípides se destacara pela maior barriga da imprensa brasileira na década: o caso do “boimate” – um trote de 1º de abril da revista New Science, falando em cruzamento de boi com tomate na Universidade Hamburger, pelo Dr. McDonalds.

A matéria foi publicada em 27 de abril de 1983 como se fosse verdadeira.

Com a ascensão de Eurípides, subiu também Mário Sabino, promovido a diretor adjunto. Sabino veio do jornalismo cultural e deixou má impressão por redações por onde passou, pela truculência desmedida, tosca, que lhe custara piadas venenosas e maliciosas, como única forma de reação dos subordinados.

Uma característica do jornalismo de Veja é que todas as matérias passam pelo diretor ou diretor adjunto. A imagem do “prego arranhando vinil” é antiga na revista, e serve para identificar os “cacos” que são plantados em reportagens por diretores pouco sutis. Em linguagem não jornalística, “cacos” são as modificações introduzidas no texto da reportagem original.

Dentre todos os diretores que Veja teve, nenhum praticou “cacos” tão ostensivamente grosseiros quanto Sabino. É capaz de assinar pessoalmente críticas recheadas de elogios ao último livro de Otávio Frias Filho, diretor da “Folha”, ou de Ali Kamel, diretor de “O Globo”. E enfiar um prego no comentário do crítico da revista, cometendo ataques gratuitos e não assinados contra colegas, como fez contra Mário Rosa ou outro jornalista cultural, Daniel Piza, por ocasião do lançamento de seu livro sobre Machado de Assis.



Eurípides Alcântara



Mário Sabino

Eurípides e Sabino, tinham em comum a inexperiência com os chamados temas “duros” do jornalismo – política, economia e a grande reportagem. Sabino era da área cultural. Eurípides trafegara pela Editoria de Ciência e Internacional.

Sem grande ferramental técnico, passaram a exacerbar a agressividade, a desqualificação, a agressão gratuita.

Em 5 de outubro de 2005, após ter se recusado a dar uma entrevista exclusiva a Veja, a revista soltou uma matéria contra Maria Rita, tratando-a como “a filha de Elis”, sem mencionar seu nome, e acusando-a de dar um “mensalinho” para a imprensa: “Gravadora presenteia jornalistas com iPods. E eles agradecem falando bem da cantora”. Aproveitavam para começar a exercer ataques contra colegas.

Nem se preocuparam em ouvir os acusados. Mesmo tendo um deles, Luiz Antonio Giron, enviado carta antes de a matéria ter sido publicada, dizendo que havia recusado o presente. Essa agressividade se repetiria contra José Miguel Wisnick, Marcelo Tass e um sem-número de artistas e intelectuais.

Embora assinadas por repórteres como Jerônimo Teixeira, Sérgio Martins e Felipe Patury, em todas elas havia as impressões digitais de Sabino.

Continua nas páginas 20 e 21

## *O macartismo como blindagem*

Passo relevante para entender o que se passou com Veja é se debruçar sobre a natureza do macartismo. Trata-se de um clima de guerra, onde se tolera tudo em nome da vitória sobre o inimigo.

É o cenário ideal para criar blindagens, porque permite jogar tudo no mesmo balaio, atacar indiscriminadamente pessoas como se fossem inimigas, defender interesses obscuros, tudo em nome da guerra santa.

Era o que faltava para a direção da revista romper com um dos pontos centrais da auto-regulação no jornalismo: os critérios jornalísticos para a publicação de matérias, o filtro técnico. É esse filtro que impede manipulações.

No macartismo, pode-se atropelar qualquer lógica em nome da guerra contra o inimigo externo. Sem filtros técnicos, o jornalismo pode ser manipulado e esconder-se atrás de supostas posturas ideológicas para praticar toda sorte de lobby.

Durante algum tempo, Veja se revestiu desse poder. Através de Eurípedes e Sabino, usou e abusou da truculência. Criou um clima de noite de São Bartolomeu, em que tudo foi permitido, de ataques a políticos, artistas e jornalistas, até uma campanha inusitada contra um intelectual da USP, José Miguel Wisnik, por pura implicância de um editor.

À medida que a queda de padrão da revista começava a despertar críticas, Eurípedes e Sabino desenvolveram uma tática de intimidação em cima dos jornalistas. Ataques a Alberto Dines, Luiz Weiss, Observatório da Imprensa. Depois, extravasando para outros jornalistas, como Kennedy Alencar, Eliane Catanhede, Luiz Garcia, Tereza Cruvinel, Franklin Martins. O recado estava implícito: nós temos um canhão; não se metam com a gente. (...)

# O caso Edson Vidigal

## *Como criar escândalos sem crimes*

Dida Sampaio/AL



O segundo serviço de Veja foi a tentativa de “assassinato de reputação” do Ministro Edson Vidigal (foto), presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A matéria vinha com uma manchete dúbia: “Não pode pairar a dúvida. O presidente do STJ é envolvido em casos que precisam ser esclarecidos”.

Era uma matéria exemplar para se entender como fabricar um escândalo sem crime. A matéria não enfocava uma suspeita específica. Havia um estoque de fatos relacionados a Vidigal – o que demonstrava, nitidamente, que se tratava de um dossiê especialmente preparado contra ele.

A primeira acusação era um “esquentamento” de fato banal, visando conferir tratamento escandaloso: a de que Vidigal viajara para o Chile, para um Congresso patrocinado pela Amil, empresa de seguro saúde, sendo que, na semana anterior, havia liberado um reajuste de 26% para o setor de planos de saúde.

A viagem tinha sido em um final de semana, em um seminário para discutir a legislação chilena para o seguro saúde. A matéria procurava ressaltar aspectos de mordomia:

“O seminário realizou-se em Santiago, no Chile. Foi uma curta temporada regada a bons vinhos daquele país e com todas as mordomias que costumam acompanhar esses rega-bofes”.

O “prego sobre vinil” esquentava a matéria com obviedades. É óbvio que qualquer Congresso tem coquetéis e almoços e, sendo no Chile, vinhos chilenos.

Pouco importava se o patrocinador não tinha ingerência na programação, ou se um final de semana trabalhando em Santiago de Chile está longe de configurar suborno ou mordomia.

Para tornar mais estranha a acusação, não havia a prova do suborno: a matéria informava que, com sua sentença, Vidigal limitara-se a convalidar um parecer da Secretaria de Direito Econômico sobre o tema. Onde a relação, então, entre favor recebido e serviço prestado?

Dizia mais:

“Muito provavelmente, o pedido da Amil é justo. Mas, depois da viagem ao Chile, também é justo levantar suspeita sobre o julgamento da liminar.”

Música

## O mensalinho da filha de Elis

**Gravadora presenteia jornalistas com iPods. E eles agradecem falando bem da cantora**

Mas, para efeito de levantar a mancha da suspeita, dizia que “um observador de fora tem o direito de enxergar no episódio os contornos de improbidade administrativa. O caso deverá ser analisado pelo Conselho Nacional de Justiça, órgão recém-criado com a incumbência de exercer o controle externo do Judiciário.”

De fato, a “denúncia” foi feita por uma Associação de Defesa da Cidadania e do Consumidor... mencionando justamente a matéria de Veja.

Era de um amadorismo constrangedor. Como Veja poderia saber que haveria uma denúncia baseada na própria reportagem que sequer havia sido publicada? É evidente que havia uma armação da qual a revista participava. Não se contentava meramente em espalhar notícias falsas sobre os adversários de Dantas, mas em participar diretamente de armações bisonhas.

A denúncia nasceu morta. O corregedor Antonio de Pádua Ribeiro rejeitou-a por não estar “consubstanciada infração disciplinar nem violação dos deveres funcionais da magistratura”.

A segunda denúncia do dossiê é que o nome de Vidigal aparecera em grampos com membros da quadrilha do argentino Cesar de La Cruz Arrieta. Como eram fitas de um inquérito sigiloso, era óbvio que o dossiê fora obtido de forma ilegal por membros do submundo que habita Brasília.

A matéria reconhecia que a menção a Vidigal poderia ser apenas bravata de contraventores. Mas colocava como agravante o fato do apartamento de um enteado de Vidigal ter sido alugado para os bandidos.

Vidigal explicou que o apartamento tinha sido entregue a uma imobiliária, que se responsabiliza por quem aluga.

“O apartamento, pelo que sei, estava entregue a uma imobiliária. E ninguém pede atestado de bons antecedentes quando aluga um imóvel.” Mas a coincidência envolvendo um dos mais altos magistrados do país precisa ser esclarecida.”

Que tipo de favor Vidigal poderia ter prestado a Arrieta?

Consultando seus arquivos, ele constatou ter atuado em apenas um caso envolvendo Arrieta. E sua decisão tinha sido a de negar um habeas corpus a ele.

A troca de quê aquela marcação?

Apenas os leitores mais bem informados entenderam a ginástica jornalística perpetrada por Veja.

Pouco tempo antes, Vidigal havia dado a liminar que permitiu aos fundos de pensão e ao Citibank retomar o controle da Brasil Telecom das mãos de Daniel Dantas. Foi uma sentença dura contra o Opportunity.

“Com olhos voltados à defesa do interesse público, notadamente porque envolvidos vultosos recursos do erário, antevejo ameaçada a ordem econômica. Neste contexto, considero que eventual prejuízo sofrido pelos fundos de investimento, em última análise, será suportado pelo erário, com vistas a garantir a milhares de brasileiros, beneficiários dos mesmos — e que acreditaram nos fundos de pensões e deles dependem —, a necessária subsistência”, registrou o ministro Vidigal na ocasião.

“Considerarei, também, nas razões de decidir, as informações trazidas pelo requerente que dão conta que a decisão objeto da suspensão entrega a gestão de mais de 10 bilhões de reais em ativos financeiros, materiais e societários ao Grupo Opportunity que, anteriormente, já fora destituído da gestão deste fundo por quebra dos deveres fiduciários, o que, também, recomenda a concessão da contracautela”, afirmou também o presidente do STJ.

A sentença de Vidigal foi proferida no dia 15 de junho de 2005. A tentativa de um novo “assassinato de reputação”, por parte de Veja, em 21 de setembro de 2005.

No dia 16 de maio de 2006 - quase um ano depois -, acuado pela revelação do dossiê falso sobre as contas de autoridades no exterior, Dantas mostraria claramente as peças que se encaixavam nas duas tentativas de “assassinato de reputação” da Veja.

Na entrevista à “Folha”, mencionada no capítulo anterior, Dantas disse o seguinte:

O controlador do Opportunity, Daniel Dantas, disse à Folha ter recebido informações de que o governo pressionou o Judiciário brasileiro para favorecer os fundos de pensão na briga pela telefônica Brasil Telecom.

“Informaram a mim que teria havido uma intervenção do ministro Palocci [ex-ministro da Fazenda] junto ao ministro Edson Vidigal [ex-presidente do Superior Tribunal de Justiça] para dar uma decisão favorável



Marco Antonio Resende/Ag. O Globo

Daniel Dantas

aos fundos de pensão”, disse Dantas em entrevista concedida no último sábado, por videoconferência. “Fui conferir e ouvi de uma pessoa que esteve com Palocci que o próprio teria dito não ter sido ele diretamente, mas alguém ligado a ele [que procurou Vidigal].”

(...) A versão segue as declarações feitas por advogados do banco em Nova York. Em documento público, eles lembram que o STJ tem 21 ministros, mas que os litígios entre o Opportunity e os fundos costumavam ser julgados por Vidigal (o ex-ministro assinou pelo menos três liminares favoráveis aos fundos de pensão).

No texto, os defensores do Opportunity ressaltam que Vidigal deixou o Judiciário e que concorre ao governo do Maranhão - pelo PSB, com apoio do PT.

(...) Questionado se o Planalto pediu que não fizesse declarações contundentes sobre o caso Gamecorp, Dantas confirmou. Segundo ele, o recado chegou por meio de Yon Moreira, então diretor da Brasil Telecom. Ele não soube dizer quem foi o emissário do governo. A empresa Gamecorp tem entre os sócios um filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Foi o segundo capítulo de uma longa série de matérias que, nos anos seguintes, marcaria de forma indelével a parceria Dantas-Veja.

\*Luis Nassif é jornalista.  
Textos publicados no blog:  
<http://luis.nassif.googlepages.com>

# Uma defesa feminista da Redução

**A crescente participação feminina no mercado de trabalho veio acompanhada de um aumento da jornada não paga, caracterizado pelas tarefas domésticas. A carga semanal das mulheres supera a dos homens em quase cinco horas.**

Rosane da Silva\*

Todos e todas nós, sindicalistas e feministas, sabemos que a inserção da mulher no mercado de trabalho tem um perfil absolutamente desigual em relação ao homem trabalhador. Da mesma forma, sabemos muito bem que o alonga-

mento da jornada de trabalho prejudica principalmente a mulher trabalhadora. Como somos a parcela mais pobre da população brasileira, essa inserção desigual nos condena a reproduzir e intensificar a pobreza. A ação sindical em torno da redução da jornada de trabalho tem enorme potencial para alterar a condição da mulher trabalhadora, mas tal medida somente logrará sucesso rumo a esse objetivo se vier acompanhada de políticas públicas que possibilitem a valorização social do trabalho doméstico não remunerado.

A opção de política econômica que foi hegemônica durante toda a década de 1990 provocou impactos extremamente negativos sobre a situação do trabalho no Brasil. A escolha do neoliberalismo como modelo de gestão da economia brasileira sob a égide dos tucanos impôs a desregulamentação do mercado de trabalho, com sua flexibilização e precarização, como se fosse uma necessidade para adaptação à perversa lógica da ordem mundial. Conseqüências graves para a classe trabalhadora ficaram cada vez mais evidentes: desemprego e informalidade elevados, diminuição da média salarial, terceirização.

No ano de 2005, as mulheres constituíam 40,3 % da PEA (População Economicamente Ativa). Elas são as mais atingidas pelo desemprego e pelo crescimento do setor informal da economia.

Sua inserção desigual no mercado de trabalho torna-se marca, perpetuando-se em sua estrada. Desta forma, com a desregulamentação, o que significa desproteção social, as mulheres são as principais vítimas. Por mais que aumente a sua participação na PEA, essa elevação ocorre em um contexto de precarização das condições de trabalho, cujo alvo prioritário são elas próprias – ao lado dos jovens.

De acordo com pesquisa realizada pela Secretaria de Política Sindical da CUT Nacional em parceria com a Subseção do Dieese em cinco ramos de atividades, o número de mulheres que realizam jornada extraordinária (hora extra ou banco de horas) é inferior a realizada pelos homens. A mesma pesquisa, no entanto, apresenta um alto índice de trabalhadoras que dizem ter sofrido assédio moral, especialmente nos setores tradicionalmente femininos (calçados e comércio e serviços). A recusa da mulher em alargar sua jornada quase sempre lhe rende punições. O sentido do tempo de trabalho para a mulher adquire conotação diferenciada. Não é à toa que, de acordo com a mesma pesquisa, são as mulheres que dão mais importância à necessidade de limitar legalmente o uso de horas extras.

O sentido diferenciado sobre o tempo de trabalho está relacionado à desvalorização social do trabalho doméstico. A reivindicação da igualdade entre homens e mulheres tem menor sentido se não for incorporado o reconhecimento na esfera pública do trabalho realizado pelas mulheres na esfera privada. Segundo dados PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), do IBGE, em 2005, 91% das mulheres brasileiras exercem tarefas domésticas contra 51% dos homens que realizam esse mesmo tipo de atividade.

Nós continuamos a ser responsabilizadas pela esfera doméstica, mesmo assumindo cada vez mais participação na esfera pública por meio da inserção no mercado de trabalho. A menor participação dos homens nas tarefas domésticas foi observada na região Nordeste, onde 46% dos homens realizam tais tarefas. A valorização do machismo é fortalecida pela tradição segundo a qual trabalho doméstico é sinônimo de sexo feminino. Trata-se de uma tradição que vem “de berço”, pois 83% das meninas são orientadas para os afazeres do lar enquanto entre os meninos a proporção é de 47%. O cuidado das crianças e de grande parte dos idosos terminaram, ao longo da história, se firmando como responsabilidades naturais das mulheres.

Numa sociedade na qual o conhecimento é cada vez mais um pré-requisito para a disputa por emprego – quiçá por melhores empregos – a utilização do tempo livre para o trabalho doméstico não remunerado firma-se como mais um cruel mecanismo de desvantagem feminina. Ela tem a função de, para além da jornada legal de trabalho, cuidar do filho, da casa, do idoso. Ele, no mesmo período, pode ter acesso ao lazer, ao descanso, à informação e, em alguns casos, à formação profissional. A disputa pelo tempo livre, é necessário ressaltar, não é feita com o sexo masculino, mas com as regras do sistema capitalista que impõe essa desqualificação.

A crescente participação feminina no mercado de trabalho veio acompanhada – pelo contexto desse mercado e pela lógica diferenciada da exploração da força de trabalho das mulheres – de um aumento da jornada de trabalho não pago, caracterizado pelas tarefas domésticas. A carga semanal delas supera a dos homens em quase cinco horas.

## Uma agenda feminista para a redução da jornada de trabalho

Um desafio central é a ampliação do conceito de trabalho, incorporando o trabalho doméstico. Deve-se tratar o valor do trabalho em sua dimensão econô-

# o da Jornada

Uma agenda feminista deve fortalecer a luta para que o trabalho doméstico deixe de ser considerado uma obrigação natural das mulheres. É necessário que seja garantido por políticas do Estado através de creches, restaurantes e lavanderias coletivas.

mica e social. É por isso que a luta pela redução da jornada de trabalho assume uma dimensão diferenciada para as mulheres. Diz respeito ao uso do tempo livre de forma autônoma, governada por ela própria. Significa construir mecanismos que possibilitem romper com as imposições sobre as formas de utilização do tempo livre das mulheres.

A História nos mostrou que a redução legal da jornada de trabalho não é suficiente, por si só, para a geração de novos postos de trabalho. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, com a redução de 48 para 44 horas, os capitalistas conseguiram rasgar as leis através do uso abusivo de horas extras, cujo símbolo maior de tal abuso é o banco de horas. Essa constatação levou a CUT a elaborar um Projeto de Lei que limita o uso de horas extras e põe fim ao banco de horas. Sem isso, por mais que seja reduzida legalmente a jornada, o mecanismo da hora extra continuará a ser utilizado para aumentar a exploração do capital sobre o trabalhador e a trabalhadora.

Esse exemplo ajuda-nos a compreender que a redução da jornada de trabalho somente terá impacto positivo sobre a vida das mulheres se vier acompanhada por um amplo programa de políticas públicas que transformem o trabalho doméstico em política de Estado.

A reprodução da vida humana, sua forma de organização e as decisões sobre o



que e como produzir estão relacionadas ao trabalho. Cresce cada vez mais o trabalho que é realizado por fora da economia formal. São as mulheres que realizam a maioria deste trabalho não formal: doméstico, informal, para o consumo próprio, projetos da economia solidária com parte da geração de renda.

Uma agenda feminista, como afirma o manifesto da Marcha Mundial das Mulheres lançado no 8 de Março de 2007, deve fortalecer a luta para que o cuidado da vida humana através do trabalho doméstico seja reconhecido como trabalho e não como uma obrigação natural das mulheres, em decorrência do seu amor pela família. É necessário que este seja assumido também pelos homens e que uma parte seja garantido por políticas do Estado através de creches, restaurantes e lavanderias coletivas.

**Para um programa que, ao lado da aprovação da PEC 393/01, que reduz a jornada de trabalho para 40 horas, é necessário defender:**

- O desenvolvimento de políticas públicas diferenciadas que considerem o acesso, a permanência e a ascensão profissional das mulheres. As políticas públicas devem considerar essa realidade, priorizando, por exemplo, as mulheres nos programas habitacionais e de geração de emprego;
- Ampliação de equipamentos públicos voltados para a educação, qualificação profissional, saúde, lazer, dentre outros;

- Instalação de creches nos espaços públicos e nos locais de trabalho;
- Ratificação da Convenção 156 da OIT, que trata da responsabilidade familiar;
- Ratificação da Convenção 158 da OIT, que dispõe sobre a demissão imotivada;
- Aplicação da Convenção 100 da OIT: salário igual para trabalho igual; e da Convenção 111: igualdade de oportunidades entre homens e mulheres;
- Fortalecimento da fiscalização do trabalho • Contrato coletivo de trabalho com pauta permanente da questão de gênero.

Por fim, é necessário enfatizar que a política econômica que privilegia o superávit fiscal primário e os gastos com os juros altos, não tem capacidade de atender o conjunto das reivindicações acima.

A continuidade da lógica ortodoxa de privilegiar o câmbio elevado e juros altos, mantém o aprofundamento da desigualdade social, ao engessar o Estado para o financiamento de políticas públicas universalizantes. (...) Portanto, na agenda feminista pela redução da jornada de trabalho, a palavra de ordem em destaque precisa ser a mudança da atual política econômica. Assim, a redução da jornada de trabalho sem redução de salários poderá contribuir para a geração de mais e melhores empregos.

\*Secretária de Política Sindical da CUT Nacional

# Veneza propõe “renúncia à água mineral”

Assimina Vlahou\*

A cúria da cidade de Veneza, na Itália, lançou uma campanha para que os moradores deixem de tomar água mineral e passem a beber água da torneira como penitência durante a Quaresma, período que vai da Quarta-Feira de Cinzas até o domingo de Páscoa.

Os organizadores pretendem promover a qualidade da água encanada da cidade, própria para o consumo, e dizem que “com o dinheiro economizado com garrafas de água de plástico será possível construir um aqueduto na Tailândia”.

“Nosso centro diocesano propõe a renúncia à água mineral porque somos a favor do consumo crítico”, afirmou dom Gianni Fazzini, coordenador da campanha, ao jornal italiano Corriere della Sera.

A campanha conta com o apoio do prefeito da cidade, o filósofo Massimo Cacciari. Ele afirmou que só toma água da torneira e que oferece apenas jarras de água corrente durante as reuniões na Prefeitura. Segundo Cacciari, a água mineral é dispensável, e as famílias poderão economizar muito no final do mês se deixarem de comprá-la. Na esperança de que a campanha continue depois da Páscoa, o aqueduto de Veneza está enviando garrafas de vidro para 100 mil famílias.



A ideia é que as pessoas substituam as garrafas de plástico, adquiridas quando compram água mineral, pelas de vidro. Grupos ambientalistas e associações de consumidores se dizem satisfeitos com a iniciativa da cúria veneziana.

“Se a água que sai da torneira é de ótima qualidade, é contraditório consumir água em garrafa de plástico”, escreve em seu site o grupo ambientalista Altreconomia, que reivindica o fim das campanhas publicitárias de água mineral.

“Custa mais, aumenta o aquecimento global por causa do transporte em caminhões e produz uma montanha de plástico que, só na Itália, é de 9 bilhões de garrafas por ano”, acrescenta o Altreconomia. Atingidos pela campanha, os produtores defendem a qualidade da água mineral. “A água mineral é mais segura e tem propriedades que a água corrente não possui, sendo um verdadeiro alimento”, disse ao Corriere della Sera Matteo Zoppas, superintendente da água San Benedetto.

Segundo as estatísticas, a Itália é o país onde mais se toma água mineral no mundo, mesmo tendo água corrente de excelente qualidade em quase todas as regiões. Cada italiano consome em média 172 litros de água mineral por ano, e as prefeituras de diversas cidades têm tentado mudar esse hábito. Em Florença, escolas e repartições públicas não consomem água mineral há três anos. Em Roma, a água disponível em centenas de bicas espalhadas pela cidade é considerada uma das melhores do país.

\*De Roma para a BBC Brasil  
(12 de fevereiro de 2008)

## Venha aprender Inglês no Sisejufe



**Aulas dinâmicas com ênfase em conversação**  
**Primeiro módulo: Básico para iniciantes**

**Mensalidade reduzidas**

Sindicalizados  
e dependentes diretos R\$ 30,00  
Não sindicalizados R\$ 100,00  
Convidados: R\$ 50,00

Mais informações: [www.sisejuferj.org.br](http://www.sisejuferj.org.br)  
ou pelo telefone 2215-2443 com Roberto ou Rejane

**Segundas e quartas-feiras**  
**de 9h30min às 11h**

**Local: Sisejufe - Av. Presidente Vargas, 509/11º andar - Centro-RJ**



# E a campeã é a Hurricane Beija-Flor

Não há nada mais íntegro e proba do que o resultado das escolas de samba no Rio de Janeiro. Mais lisura só em eleição para presidência do Paquistão. Afinal de contas, temos que acreditar que a dupla Anísio Abraão–Aílton Guimarães (que supostamente tentou comprar ministros do STJ, desembargadores do TRF, juiz do Trabalho, Procurador Regional da República, Procuradora da Agência Nacional do Petróleo, delegados da PF, 234.327 policiais civis, 334.987 policiais militares, três lanterninhas e dois pipoqueiros) seria incapaz de tentar subornar um juradinho sequer.

Temos que acreditar na lisura de quem montou a máfia dos caça-níqueis através de um esquema de compra, venda, aluguel e franquia de sentenças. Ora, quem tem competência para comprar liminares com certeza vai ter ética e honestidade para gerir um simples julgamento de desfiles, sem interferir na decisão dos jurados. O fato de o coordenador dos jurados no desfile da Sapucaí ser a mesma pessoa responsável pela distribuição da vasta gorjeta governamental demonstra altos princípios de economia na administração de recursos. Afinal, quem já tem experiência em manipular jurados, pode usar esta habilidade para que tenhamos certeza que as notas foram dadas com total e absoluta isenção, e sem nenhum tipo de ameaça (eu nunca ouvi falar que alguém tenha sido executado a mando da máfia dos caça-níqueis).



E o fato de uma das juradas ter um caso amoroso com o coordenador dos jurados? Deixa tudo em lençóis bem limpos, desde que o motel seja cinco estrelas. E o fato de os jurados levarem as notas para casa enquanto fazem um churrasquinho com os amigos e familiares? Isto só prova a transparência da organização.

Para que tirar o julgamento do carnaval da mão de tão probas pessoas? Quem executa tão bem o controle e a administração de tão azeitada indústria dos jogos, quem já teve experiência em órgão tão respeitado como o DOPS (como é o caso de um dos comandantes do samba no Rio, acusado de usar alta tecnologia nos procedimentos de interrogatório, made in USA) deve continuar a manipular, digo, organizar o do desfile do carnaval do Rio de Janeiro. Um julgamento independente, não controlado e organizado pela Liga dos Caça-Níqueis, perdão, pela Liga das Escolas de Samba, nem pensar. Para quê? Ficaríamos com dúvida por tão alto padrão de julgamento.

Piada: a Globo disse que a comuni-

dade de Nilópolis estava mordida pelas acusações de favorecimento feitas pelo delegado que investiga a operação Hurricane, já que a Beija-Flor ganhou cinco de seis títulos, o outro foi ganho pela Vila, escola do Capitão Guimarães, braço direito de Anísio. Nilópolis mordida... é mesmo? Imagina as comunidades da Império Serrano, Estácio, São Clemente, Ilha do Governador, entre outras, rebaixadas em julgamentos duvidosos.

Coincidências: 1. Depois que Castor de Andrade morreu a Mocidade nunca mais ganhou um carnaval. 2. Depois que Luisinho Drummond perdeu a presidência da Liga, a Imperatriz nunca mais foi campeã (acabaram os desfiles "técnicos?"). 3. Depois que Anísio-Capitão Guimarães assumiram a Liga, Beija-Flor ganhou cinco títulos e a Vila Isabel um. Conclusão: o que decide um desfile de escola de samba é mesmo um bom carnavalesco.

\*Fulgêncio Pedra Branca é escritor, alcoólatra, hipocondríaco; escreve de graça para esta página por falta de coisa mais útil para fazer.



TAVA MESMO  
PRECISANDO DE  
UM DESCANSO...

LATUFF  
2008

# QUER REDUZIR SEUS GASTOS COM TELEFONE CELULAR ?



 Tarifas reduzidas.

 Atendimento personalizado.

 Relatório de contas detalhado.

 Variedades de aparelhos modernos.

 Troca imediata de aparelho por defeito, por uso normal.

Planos mensais  
a partir de: **R\$ 13,50**  
CENTAVOS

FAÇA JÁ SUA ADESÃO E APROVEITE NOSSAS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA O SISEJUFE

**info***com*

Entre em contato conosco:

(21) **9981-8630**

Rua da Ajuda, nº 35 - sala 2801 -Centro  
em frente ao Metrô Carioca - de 9:00 às 17:30 hs

# **CMMC**

[www.cmmcturismo.com.br](http://www.cmmcturismo.com.br)

Tel.: (21) 3332-3895



**Descontos Imperdíveis  
Para associados e Seus Acompanhantes!  
Reservas no Sisejufe, tel. 2215-2443**



**Conheça as Vantagens por ser  
um de Nossos Parceiros**



**Cozinha Equipada, Quarto, Sala,  
Banheiro Social e Área de Lazer**